

Política



INVASÃO AO SISTEMA DO CNJ
Carla Zambelli e hacker viram réus

1ª Turma do STF aceita, por unanimidade, denúncia contra deputada e Delgatti



POSSÍVEL
ACUSAR
APÓCATE
E CULPAR
POSSÍVEL
POSSÍVEL

DUPLO REVÊS

Decisões do STF beneficiam Marcelo Odebrecht e Dirceu, em novas derrotas para a Lava-Jato

MARIANA MUNIZ, DANIEL
GULINO E JENNIFER GULARTE
publica@globo.com.br
maria

Em mais um revês para a Lava-Jato, decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) beneficiaram ontem dois personagens emblemáticos condenados no âmbito das investigações. Em uma frente, o ministro Dias Toffoli anulou todos os atos da 13ª Vara Federal de Curitiba contra Marcelo Odebrecht, ex-presidente da empreiteira, atual Novonor, quando o ex-juiz Sérgio Moro estava à frente da operação. Na outra, a Segunda Turma da Corte considerou extinta uma pena imposta ao ex-ministro José Dirceu por corrupção passiva devido à prescrição. A decisão facilita a recuperação de seus direitos eleitorais à para 2026. Toffoli determinou ainda o trancamento de todos os procedimentos penais instaurados contra o empresário, mas ressaltou que a anulação não engloba o acordo de delação premiada firmado por Marcelo Odebrecht sobre o esquema de pagamento de propina por empreiteiras durante a operação. O empresário confirmou a existência, na companhia que levava o nome de sua família, de um esquema de corrupção que implicava políticos de diferentes partidos.

A determinação ocorre meses após Toffoli também suspender os pagamentos do acordo de leniência de R\$ 3,8 bilhões firmado pela Novonor com a Lava-Jato e invalidar as provas do caso, no qual a empresa admitiu crimes e forneceu informações que impulsionaram a operação. A empreiteira confessou corrupção em 49 contratos de obras e empreendimentos públicos entre 2006 e 2014. A suspensão das multas abriu caminho para outras empresas protagonistas da Lava-Jato acionarem a Justiça contra suas condenações.

DIÁLOGOS VAZADOS

Na decisão de ontem, o ministro considerou que os integrantes da força-tarefa, atuando em conluio, ignoraram o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa e a própria institucionalidade para garantir seus objetivos pessoais e políticos, com base nos diálogos obtidos por

Sentença: Toffoli: ministro já havia anulado provas de acordo de leniência



Prescrição: A Segunda Turma considerou extinta pena imposta a Dirceu por corrupção passiva



Decisão: Os atos da 13ª Vara Federal de Curitiba contra Marcelo Odebrecht foram anulados

OUTROS PERCALÇOS DA FORÇA-TAREFA

"Evaziamento"

Em 2019, o Supremo Tribunal Federal "evaziou" a Operação Lava-Jato ao decidir que casos de corrupção ligados à prática de caixa dois deveriam ser considerados crimes eleitorais.

Extinção da força-tarefa

Em 2021, o então procurador geral da República, Augusto Aras, extinguiu a força-tarefa de Curitiba, onde estava a maior parte dos processos.

Soltura de presos

Nos últimos anos, o STF reviu decisões tomadas pelos TRFs, beneficiando políticos como o presidente Lula, o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha e o ex-governador do Rio Sérgio Cabral.

Troca de juízes

Após a saída de Sérgio Moro da Justiça Federal, o juiz Eduardo Apelo, crítico da Lava-Jato, assumiu e anulou decisões de seu antecessor por falta de imparcialidade.

Provas anuladas

Em setembro do ano passado, o ministro Dias Toffoli, do STF, considerou nulas as provas originadas no acordo de leniência da Odebrecht, homologado em 2017 que atingiu integrantes dos mais variados partidos. A empresa havia admitido crimes e cedeu informações que impulsionaram a Lava-Jato. Toffoli também determinou a abertura de investigações à atuação de agentes públicos que participaram do acordo.



"Fica clara a mistura da função de acusação com a de julgar, corrompendo-se as bases do processo penal democrático"

Dias Toffoli, em decisão que anulou atos da Lava-Jato contra Marcelo Odebrecht

"Vou consultar o presidente Lula e a direção do PT"

José Dirceu, sobre a possibilidade de disputar vaga na Câmara nas eleições de 2026

de de Corregedor-Nacional de Justiça, revelou gestão considerada caótica dos recursos oriundos da Operação Lava-Jato na 13ª Vara Federal de Curitiba. O ministro também registrou em decisão que "o estudo mais aprofundado" da troca de mensagens entre Ministério Público e a vara de Sérgio Moro "revelou um

complexo sistema de captura do Poder Judiciário e do Ministério Público para o desenvolvimento de projetos pessoais e políticos".

A decisão tem efeitos imediatos e só será alvo de análise no futuro se houver um recurso. Se isso acontecer, o tema pode voltar a ser analisado pela segunda turma do STF.

CÁLCULO DA PRESCRIÇÃO

Já a decisão que extinguiu a pena de José Dirceu foi tomada por três votos a dois. Os ministros da Segunda Turma não analisaram se Dirceu cometeu ou não crime, mas se ainda poderia ser punido por ele quando foi condenado.

A prescrição da corrupção passiva ocorre 12 anos após a ocorrência do crime, mas o prazo cai pela metade quando o réu tem mais de 70 anos, caso de Dirceu na época de sua condenação. Houve discordância em torno de quando o ato ilícito no caso teria ocorrido: quando a propina foi solicitada (em 2009), censio em que o prazo já teria passado, ou recebida (até 2012). Prevaleceu a primeira posição.

No caso em questão, o ex-ministro foi condenado em 2017 pelo então juiz Sérgio Moro (hoje senador) por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, pela acusação de ter recebido propina em um contrato da Petrobras. No ano seguinte, a decisão foi mantida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4).

Já o julgamento do processo que levou à extinção da condenação no STF começou em 2021, no plenário virtual. O relator, Edson Fachin, votou para rejeitar o pedido da defesa, e foi acompanhado por Cár-

men Lúcia e, com ressalvas, por Gilmar Mendes. Na época, Ricardo Lewandowski (hoje aposentado do STF e ministro Justiça) pediu destaque.

A análise foi reiniciada no ano seguinte em uma sessão física, com Lewandowski abrindo divergência. Nunes Marquês e Gilmar — que alterou seu voto — acompanharam ontem essa posição, formando a maioria.

Vê-se que entre a consumação do crime, 16 de outubro de 2009, e o recebimento da denúncia, em 29 de junho de 2016, passaram-se mais de seis anos, ocorrendo, portanto, a extinção da punibilidade do crime de corrupção passiva em razão da prescrição — afirmou o ministro Nunes Marquês.

Para Dirceu recuperar a elegibilidade ainda é preciso derubar outra condenação da Lava-Jato, com recurso para ser analisado no Superior Tribunal de Justiça (STJ). No âmbito de processos da operação, Dirceu foi preso em 2015, 2018 e 2019 e foi solto três vezes por decisões do STF.

O ex-ministro disse ontem ao GLOBO que deve decidir no segundo semestre de 2025 se concorrerá a uma vaga na Câmara por São Paulo. Antes, o ex-ministro diz que pretende se envolver na articulação política das eleições municipais no processo de sucessão de Gleisi Hoffmann no comando do PT. O mandato dele à frente da legenda termina em fevereiro de 2025.

— Vou consultar o presidente Lula e direção do PT, não posso tirar da minha cabeça que sou candidato. Tenho dito que até por justiça eu mereço voltar para a Câmara dos Deputados, mas quem vai decidir isso é o povo de São Paulo.

OUTROS PERCALÇOS DA FORÇA-TAREFA